

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-union.org

CONSELHO DE MINISTROS
Décima Sessão Ordinária
25 – 26 de Janeiro de 2007
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/321 (X)

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO
NO MÉDIO ORIENTE E NA PALESTINA

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO ORIENTE E NA PALESTINA

I. INTRODUÇÃO

1. Uma série de acontecimentos importantes têm vindo a ter lugar na região desde a última Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo em Banjul, Gambia, em Junho de 2006. Entre esses acontecimentos figuram a contínua detenção ilegal dos prisioneiros de Jericho, o sequestro e o subsequente encarceramento de alguns Ministros Palestinos e Membros do Conselho Legislativo, o agravamento da escalada militar Israelita e o ciclo vicioso de violência contra os Palestinos, a ofensiva Israelita em grande escala que culminou com o massacre dos Palestinos na cidade de Beit Hanoun, a contínua construção do muro de segregação, a expansão dos acordos e as medidas Israelitas, de judaizar a natureza da cidade santa de "Al-Quds", a constante deterioração da situação económica na Palestina, a catástrofe humanitária e o seu impacto sobre a situação sócio-económica e política em todos os Territórios Ocupados da Palestina.

2. Além desses eventos e de outros acontecimentos na região, existe a tentativa de formação dum Governo de Unidade Nacional na Palestina e a frágil trégua entre o Governo Israelita e as facções Palestinas.

II. ACONTECIMENTOS RECENTES NO TERRITÓRIO OCUPADO DA PALESTINA

a) **A contínua detenção ilegal dos prisioneiros de Jericho, dos Ministros Palestinos e dos Membros do Conselho Legislativo:**

3. O Governo Israelita continua a deter ilegalmente 22 Ministros Palestinos e Membros do Conselho Legislativo, sem quaisquer provas ou acusações contra eles. Esta detenção é uma grave violação da Lei Humanitária e um real obstáculo aos esforços contínuos de retomada do processo de paz na região. Além disso, Israel ignorou todos os pedidos por parte da Autoridade Palestina e da Comunidade Internacional, que visam libertar todos os prisioneiros Palestinos, em especial Ahmad Sa'adat, membro eleito do Conselho Legislativo e Secretário Geral da PFLP, que foi sequestrado na prisão de Jericho em meados de 2005.

4. Neste particular, a liderança Palestina apelou à Comunidade Internacional através do Conselho de Segurança das Nações Unidas para garantir a protecção internacional ao povo Palestino que tem sido submetido ao genocídio Israelita e à agressão massiva em plena violação de todos os princípios de direitos humanos; o direito à liberdade e à auto determinação.

5. A Autoridade Palestina e a Comunidade Internacional condenaram veemente os contínuos encarceramentos ilegais Israelitas e a detenção de mais de 9500 Palestinos, nomeadamente a recente detenção dos Ministros e dos Membros do Parlamento, tendo lançado o apelo para a libertação dos prisioneiros

b) A escalada militar Israelita e o ciclo vicioso de violência perpetrado contra os Palestinos:

6. Apesar da retirada, da transferência das suas forças e da evacuação dos colonos da Gaza, Israel continua efectivamente a controlar Gaza, frustrando os esforços da Autoridade Palestina para governar e por conseguinte agravando a crise humanitária dia após dia.

7. Como outra prova de demonstração concertada do seu controle militar, Israel desde Junho de 2006 vem intensificando a sua ofensiva contra Gaza, pelo uso de medidas indiscriminadas e desproporcionais com o fito de aterrorizar a população de Gaza, aumentando desta feita o incumprimento dos acordos alcançados entre as partes e os crimes de guerra.

8. Desde Julho último e até 28 de Novembro, Israel empreendeu uma ofensiva militar de grande pendor contra os territórios da Palestina, especialmente na Faixa de Gaza, matando mais de 400 civis deixando feridos mais de 1,000. Entre outros actos de violência e a vasta destruição de instalações públicas e privadas, os militares Israelitas levaram a cabo vários ataques, incluindo os assaltos aéreos ao F 16s e os helicópteros, prendendo 112 Palestinos; foram demolidas casas de Palestinos; foram lançados vários ataques às propriedades públicas e privadas da Palestina, cuja vasta maioria foi usada para fins civis. Esses incidentes incluem também a destruição das três maiores pontes que separam a Gaza em três unidades isoladas, com prejuízos causados às instituições governamentais, nomeadamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o edifício da Universidade Islâmica .

9. Além disso, no decurso deste período, o exército Israelita destruiu substancialmente a única instalação de fornecimento de energia em Gaza, que alimenta 60% da população. Em consequência disso, o fornecimento de energia eléctrica a 1.4 milhões da população de Gaza foi completamente arrasado. A falta de energia eléctrica também teve impacto sobre a capacidade dos hospitais de disponibilizar os serviços, tendo paralisado o fornecimento de água e as instalações de gestão da água, bem como as outras instalações de serviço público. Isso vai exigir meses e milhões de dólares para se reparar a unidade de fornecimento de energia e restaurar o fornecimento de electricidade, ainda que no presente, os trabalhos de manutenção decorrem parcialmente em algumas zonas.

10. Para além dos ataques aos civis e às infra-estruturas civis, Israel em várias ocasiões fechou o Cruzamento de Rafah, encalhando milhares de Palestinos no lado da fronteira com o Egipto, dos quais, sete pessoas perderam as suas vidas depois de terem aguardado durante dias seguidos, desprovidos de abrigo e de água potável. Embora, eventualmente, Israel tenha concordado em reabrir a fronteira para movimentos bem controlados durante quatro dias e meio, afim de permitir a milhares de Palestinos de regressarem aos seus lares. Depois disso, o cruzamento de Rafah, o único ponto de entrada/saída de Gaza, permaneceu fechado, deixando 1.4 milhões de Palestinos na cidade.

11. O avião de combate Israelita F-16 vem de forma contínua destruindo as barreiras, as janelas das residenciais dos civis e causando danos psicológicos imensuráveis às populações civis, um grande número dos quais na faixa etária de menos de 15 anos de idade.

12. Aproximadamente 5,000 de Palestinos de Ashoka, Beit Hanoun e das zonas de Beit Lahia foram deslocados devido às recentes actividades militares Israelitas em Gaza. O exército Israelita tem vindo de momento a manter a zona de livre combate em 9.5 km² na faixa nordeste de Gaza, ameaçando atirar sobre qualquer pessoa encontrada nesta área.

13. Ademais, Israel tem dado continuidade às suas políticas de desagregação dos territórios da Palestina, através da construção do Muro Anexo e da expansão dos contratos ilegais no Banco do Ocidente, o isolamento do Leste de Jerusalém, figura entre outras medidas prejudiciais que minaram as perspectivas de paz e esgotaram todas as possibilidades de alcance de resultados possíveis no estado das negociações finais. A ultima vaga de assaltos militares Israelitas contra a Faixa de Gaza nos últimos meses, causaram a morte de cerca de 400 Palestinos e é uma manifesta violência contra os Palestinos.

14. Na arena política, a política Israelita de unilateralidade resume-se em falhas na política geral Israelita contra os Palestinos, onde uma solução negocial com base nos fundamentos legais existentes continua a ser a única opção viável; o mais grave no cenário da retirada de Israel da fronteira data de Junho de 1967, como reza a Resolução 242 das Nações Unidas.

15. A comunidade Internacional continua a condenar todos esses crimes cometidos pelo exército de Israel contra os civis Palestinos por todo o nordeste da Faixa de Gaza e do Banco do Ocidente, no qual cerca de 4570 pessoas foram mortas durante os últimos seis anos da Intifada, deixando mais de 30800 Palestinos feridos e 3530 fisicamente incapacitados.

c) A ofensiva Israelita massiva e o massacre dos Palestinos na cidade de Beit Hanoun

16. Em Beit Hanoun, o distrito a nordeste de Gaza, as Forças de Ocupação Israelita (FOI) perpetraram actos de agressão durante seis dias e um ataque ofensivo, como parte da operação da FOI apelidada “Autumn Clouds” (Núvens de Outono). O total de vítimas fatais estima-se em 60 homens, mulheres e crianças, 16 dos quais são membros duma mesma família, e cerca de 260 feridos, dos quais mais de quarenta encontravam-se em condições críticas de saúde, na maioria civis desarmados. O atentado resultou por conseguinte num aumento de detenções, após a imposição do recolher obrigatório na cidade. As forças de ocupação Israelita impuseram o fecho hermético da cidade, causando sérias deteriorações às condições precárias de vida dos cidadãos, passando pela interrupção dos serviços básicos, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica, da água e a destruição de infra-estruturas básicas.

17. A Comunidade Internacional condenou esta ofensiva brutal e essa agressão e os ataques de artilharia Israelita à Beit Hanoun, justo no momento em que os chefes sabiam, ou deveriam saber, que o risco de perdas humanas entre os civis era iminente, face a qualquer vantagem militar definitiva.

18. Também de particular relevância foi a decisão dos Ministros dos Negócios Estrangeiros das Nações Árabes aquando da reunião de emergência datada de 13 de Novembro no Cairo, de interromper o embargo imediato de ajuda ao povo da Palestina. Expressaram o seu profundo ressentimento para com o veto dos EUA no Conselho de Segurança das Nações Unidas contra a moção Árabe, condenando os ataques de artilharia Israelita contra Beit Hanun, que foram consideradas uma mensagem de incentivo para Israel para dar continuidade aos ataques agressivos contra os Palestinos. Este último lançou um apelo para uma conferência sobre a paz que contaria com a participação dos Países Árabes, de Israel e dos Membros Permanentes junto do Conselho de Segurança das Nações Unidas com a premissa de se chegar a uma solução equitativa e completa para o conflito Árabe-Israel. Apelaram igualmente a um inquérito Internacional sobre o Massacre no Beit Hanoun e as violências Israelitas contra os civis Palestinos nos Territórios Ocupados da Palestina, bem como o envio de tropas internacionais para proteger o povo Palestino. Além do mais, o Conselho para o Direito Humano foi apelado a organizar uma reunião de emergência para o debate das violências Israelitas perpetradas contra os Palestinos, que por sua vez condena os ataques e as respectivas consequências.

19. A Assembleia Geral das Nações Unidas, na sua sessão especial de emergência sobre " As Acções Ilegais de Israel na Zona Ocupada do Leste de Jerusalém e no Restante Território Ocupado da Palestina" passou de forma esmagadora a resolução que apela a uma missão de Avaliação das Nações Unidas ao Médio-Oriente, para se aferir sobre os recentes ataques Israelitas em Beit Hanoun. A maioria dos países, incluindo os membros da União Europeia, votaram a favor da medida. Contudo, os EUA e Israel figuram entre as sete nações que se opuseram à resolução. O projecto apresentado na Assembleia condenou os assassinatos e apelou à " cessação imediata das incursões militares e de todos os actos de violência, terror, provocação, incitação e destruição entre as fracções de Israel e da Palestina, incluindo as execuções extrajudiciais, bombardeamentos nas zonas de civis Palestinos, os ataques aéreos e os aviões-foguete;" Isso aconteceu depois da adopção na sede de Genebra do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos, da resolução que de igual modo condena os assassinatos bem como o envio da Missão de Avaliação à região.

20. Por seu turno, a UA emitiu um Comunicado de Imprensa condenando o ataque covarde perpetrado pelas Forças Israelitas em Beit Hanoun. Lançou de igual modo o apelo ao Governo de Israel para cessar de imediato todas as acções de agressão e aos membros do Quarteto para persuadirem as Partes para o retorno à mesa das negociações, afim de facilitar a implementação do Plano Roteiro para a independência soberana do povo Palestino.

d) A deterioração contínua da Situação Económica da Palestina e a Catástrofe Humanitária nos Territórios Ocupados da Palestina:

21. O estrangulamento económico de Gaza tem sido o catalisador da situação de deterioração política, de insegurança e de instabilidade na Palestina. Inevitavelmente, os elos sociais enfraqueceram e fragilizaram-se, ou até romperam, pois mais de metade da população encontra-se actualmente no desemprego e mais de três-quartos vivem na pobreza.

22. Além disso, a crise económica da Palestina tem estado a agravar-se devido às políticas contínuas e renhidas das autoridades de ocupação Israelita contra os Palestinos. Israel tem limitado de forma severa a circulação das pessoas e bens dentro e fora de Gaza até mesmo depois da “separação”, por conseguinte inviabilizando a economia de Gaza e, daí a habilidade da Autoridade Palestina para gerar receitas fiscais, e das receitas aduaneiras reverterem-se para as Autoridades Palestinas (AP), até então retidas pelo Governo Israelita, que estima-se em 60% das receitas fiscais da AP. Por outro lado, nenhum trabalhador Palestino tem sido autorizado a atravessar o cruzamento desde 12 de Março de 2006. O cruzamento de Karni, o principal terminal de mercadorias, permanece fechado desde 15 de Agosto de 2006 para todas as mercadorias, incluindo a ajuda humanitária. A Agência das Nações Unidas para a Ajuda e o Trabalho (UNRWA) relatou casos de escassez alimentar, de combustível e de materiais de construção que tem colocado em risco todos os elementos das suas operações na Faixa de Gaza. Os Serviços Municipais de Gaza requerem com extrema urgência 30 camiões de carregamento de canos para a melhoria do sistema de esgotos.

23. No respeitante à indústria de pescas, a mesma tem estado paralisada devido à interdição completa imposta pelas Forças de Ocupação Israelita (FOI) nas zonas piscatórias da Faixa de Gaza há mais de 50 dias. O sindicato Geral da Pesca Marítima solicitou o apoio da comunidade internacional para apoiar as necessidades dos pescadores e das suas famílias respectivas. Existe cerca de 5,000 pescadores munidos de licença para praticar a pesca na Faixa de Gaza, a maioria dos quais tem famílias numerosas.

24. Enquanto decorre o bloqueio sobre a transferência de apoio humanitário e financeiro às Autoridades Palestinas, a situação económica tende a deteriorar-se dia após dia. Na verdade, o Governo da Palestina não tem pago os salários durante os últimos oito meses. Todas essas práticas agressivas e políticas abruptas deixaram o povo numa situação de extrema vulnerabilidade e a franja populacional pobre atinge 75% e a taxa de desemprego situa-se acima de 50%.

25. Israel reclama que a catástrofe económica e humanitária que assolam Gaza tem uma causa singular, reversível, nomeadamente: a captura pelos guerrilheiros Palestinos do soldado Israelita, Gilad Shalit, em finais de Junho, num perímetro de posicionamento da artilharia onde ocorre o bombardeamento de Gaza. De facto, Israel sempre teve motivos para oprimir, destruir e cometer assassinatos em, Gaza, seja quais forem as circunstâncias.

e) A tentativa de formação dum Governo de Unidade Nacional

26. No que concerne a possível formação dum governo de unidade nacional, o Líder do Povo da Palestina reiterou a necessidade de formar tal governo, afim de proteger e reforçar a unidade nacional bem como as aspirações nacionais do povo Palestino. Seja qual for o caso, não se sabe se isso irá ajudar a levantar o boicote económico que tinha sido imposto às autoridades Palestinas no início deste ano após o Hamas ter ascendido ao poder. A este respeito, Fatah e Hamas, os dois principais partidos, chegaram a um amplo acordo sobre os ministérios que cada uma das partes iria chefiar.

27. A esta data, o Presidente Abbas encontrou-se já com a Secretária de Estado dos EUA Condoleezza Rice em Jericho no final de Novembro, os representantes dos Fatah expressaram a sua reserva sobre a possibilidade de um governo de unidade nacional ser uma realidade. Além disso, o Primeiro Ministro Ismail Haniyyeh expressou similar preocupação, dizendo que as conversações sobre a unidade nacional chegaram a um impasse durante a "última fase." Haniyyeh, que esteve envolvido na primeira ronda negocial Árabe e Islâmica, reconheceu que subsistem alguns entraves e dificuldades à forma de finalização da questão do governo de unidade nacional, mas o Primeiro Ministro sublinhou que as conversações iriam prosseguir.

28. As contradições políticas internas da Palestina suscitaram uma situação de segurança deveras preocupante nos territórios. Confrontos inter-palestinianos tiveram lugar no decurso destes últimos meses, que tem afectado o frágil equilíbrio existente no seio dos territórios. A conclusão dum cessar fogo propiciou as condições para a instauração do diálogo que visa restringir as fileiras Palestinas, salvaguardar a unidade nacional e impedir a continuidade dos confrontos internos.

29. É neste quadro que os detidos palestinos nas prisões israelitas conceberam o documento de entendimento nacional entre as facções palestinianas que chegaram às modalidades para a formação do governo de unidade nacional suposto dismantelar o bloqueio económico, financeiro e político. Mas o acordo no que tange o programa do governo nacional bem como a partilha de pastas ministeriais levaram vários meses no seio dos representantes do "Hamas" e do "Fatteh". As duas partes todavia não chegaram a um resultado definitivo até à data, o que levou o Senhor Mahmoud Abbas, Presidente da Autoridade Palestiniana, a pôr cobro à crise, a considerar a organização de eleições presidenciais e legislativas antecipadas; uma perspectiva que não conta com a unanimidade no seio das diferentes facções palestinianas.

f) As tréguas entre as facções de Israel e da Palestina

30. Todavia, um evento encorajador na região, é o facto de Israel ter chegado uma trégua no acordo com a Autoridade Palestina em 28 de Novembro. Este recente acontecimento é meritório de alguma esperança. O acordo sobre as facções na Faixa de Gaza pode gerar um clima novo nas relações com os Palestinos e ambas as partes devem tudo fazer para que esta pequena janela de oportunidades atravesse sem nenhuma acção.

31. A trégua será capaz de se afirmar caso se aplicar não só à Faixa de Gaza mas também ao Banco do Ocidente. Qualquer operação militar no Banco do Ocidente poderá afectar a dita trégua e por conseguinte suscitar uma resposta possível das facções Palestinas, e vice-versa. Portanto, a operação da FOI desencadeada na manhã de 4 de Dezembro em Qabatiyah, depois da entrada em vigor da trégua de Gaza – resultou na extinção do Comité operacional Popular para a Resistência e o assassinato de uma mulher idónea de 55 anos de idade foi prejudicial e desnecessário. Consequentemente, se ambas as partes decidirem dar chance ao cessar fogo, devem limitar ao máximo as suas restrições. A violação desta trégua não irá beneficiar os esforços para a consolidação do cessar fogo.

g) As novas iniciativas de relançamento do processo de paz

32. No decurso dos últimos meses deste ano, várias iniciativas tem sido tomadas, que visam promover o processo de Paz completamente paralisado por causa da escalada das hostilidades israelitas sem precedentes para com os palestinianos, bem como através da perseguição do bloqueio financeiro e económico instaurado contra o governo palestino.

33. Após os massacres de Beit Hanoun, o veto americano contra o projecto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o bloqueio do processo de paz, o Conselho da Liga dos Estados Árabes, a nível ministerial decidiu convocar uma Conferência de paz na qual participaram as partes Árabes, Israel e os Estados-membros Permanentes junto do Conselho de Segurança para a procura de uma solução equitativa e global ao conflito árabe-israelita, e isso em conformidade com as resoluções internacionais pertinentes e o princípio de «a terra pela paz ».

34. Com vista à organização desta Conferência, uma delegação ministerial árabe composta pela Presidência do Conselho em exercício do Conselho da Liga, dum membro árabe do Conselho de Segurança geral foi formado para levar a cabo consultas e contactos necessários com os diferentes actores internacionais e em particular com os membros do Quarteto e os Estados-membros Permanentes junto do Conselho de Segurança, afim de prosseguir as diligências com vista ao relançamento do processo de paz.

35. A Espanha, França e Itália anunciaram o lançamento duma nova iniciativa de paz que visa o cumprimento do cessar fogo entre os Israelitas e os Palestinos, com o propósito de se chegar a uma solução pacífica global entre as duas partes e isso após a escalada de violência ter atingido um nível que apela a uma acção urgente da parte da Comunidade Internacional. Esta iniciativa articula-se em torno dos seguintes aspectos:

- Observar o cessar fogo imediato entre as duas partes.
- Formar um governo de unidade nacional aceite pela comunidade internacional.

- Efectuar a troca de prisioneiros de guerra palestinos contra a libertação de três soldados israelitas, dos quais dois capturados pelo Hezbollah estejam no Líbano e outro capturado pelos palestinianos esteja em Gaza.
- Lançar o apelo para a convocatória de uma Conferência Internacional visando o início das negociações entre a autoridade Palestina e o Governo Israelita.
- Envio de forças internacionais de observação à faixa de Gaza.

36. Israel recusou as duas iniciativas árabes e europeias aludidas, mas o Primeiro Ministro Israelita surpreendeu ao mundo ao anunciar ideias um tanto equívocas em certa medida, e que extravasam alguns aspectos do conflito apelando à criação de um Estado palestino que regozije de uma coerência geográfica, e isso no âmbito das negociações directas com o governo de unidade nacional com base no reconhecimento de Israel e na aprovação dos acordos assinados pela Autoridade nacional para além do de cessação de actos de violência.

Situação no Líbano

37. Em resposta às repetidas agressões israelitas contra o sul do Líbano bem como face à persistência da ocupação israelita das mulheres libanesas de Shebaa, o Hezbollah líbio, lançou em 12 de Julho de 2006, uma operação nas fronteiras sul-límitrofe do Líbano. A operação provocou 8 mortos entre os soldados israelitas ; dois soldados foram capturados e reconduzidos pelos combatentes do Hezbollah aos territórios libaneses com a premissa de efectuar a troca contra os prisioneiros de guerra libaneses detidos nas prisões israelitas.

38. Seguidamente a esta operação, as forças militares israelitas lançaram uma ofensiva de grande envergadura contra o Líbano. As hostilidades israelitas duraram mais de um mês. Os aviões militares israelitas bombardearam intensamente as cidades e aldeias do sul do país, bem como os subúrbios do sul de Beyrouth e a região de Bekaa. Os bombardeamentos destruíram completamente os subúrbios e causaram centenas de mártires na maioria crianças e mulheres bem como milhares de feridos para além dum grande numero de vítimas enterradas sob os escombros. Essa agressão israelita teve efeitos particularmente nefastos, não só no plano humanitário como ambiental.

39. As forças israelitas destruíram igualmente e de forma sistemática as infra-estruturas libanesas. Os aviões militares israelitas bombardearam o aeroporto de Beyrouth, o porto, as estradas e pontes, isolando as regiões libanesas umas das outras, bem como do mundo exterior o que tornou quase impossível a chegada da ajuda humanitária em material de socorro. Além disso, Israel recusou os apelos duma trégua humanitária para que pudessem ser encaminhados medicamentos e provisões para os que deles precisassem.

40. De resto, algumas partes exerceram pressões que impediram o Conselho de Segurança das Nações Unidas de adoptar uma resolução estipulando um cessar fogo imediato. A resolução só foi adoptada depois de mais de um mês de operações

militares israelitas. O conselho de Segurança na sua resolução 1701, apelou ao cessar fogo completo de todas as hostilidades da parte do Hezbollah e de Israel. O Conselho apelou de igual modo ao Governo libanês e à UNIFIL para envidarem esforços conjuntos no sul. No tocante ao Governo israelita, a Resolução exortou ao governo de Israel para retirar todas as suas forças do Sul do Líbano paralelamente ao início da demonstração de forças libanesas e da ONU.

41. O fosso ficou mais profundo doravante entre as forças políticas libanesas na questão de aplicação da Resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre a retirada das forças sírias do Líbano bem como o desmantelamento das milícias militares, a delimitação das fronteiras sírio-libanesas nas quintas de Shebaa ocupadas por Israel, bem como a retirada dos Ministros chitas do Governo antes da ratificação do acordo sobre a criação do tribunal internacional.

42. Na sequência desta escalada, o Hezbollah e os seus aliados apelaram à formação de um governo de unidade nacional, para organizar eleições antecipadas ou partir para uma manifestação nas ruas, sem tréguas, até que o governo respondesse favoravelmente a estas reivindicações.

Recomendações

43. Este relatório apela às seguintes recomendações:

- Apoiar o povo palestino e reiterá-lo a sua solidariedade na sua luta legítima recusando a política do facto consumado adoptado por Israel nos territórios ocupados da Palestina, sublinhando os direitos do povo da Palestina à sua autodeterminação e ao estabelecimento do seu Estado independente tendo como capital, Al-Quds, bem como a cessação imediata da construção do muro isolador e das implantações que constituem uma violação flagrante dos direitos palestinos.
- Condenar as agressões militares israelitas por via aérea, marítima e terrestre, bem como a detenção de vários ministros e deputados palestinianos apelando à liberdade dos mesmos. Condenar de igual modo o massacre de Beit Hanoun que causou 20 mortos, entre civis numa mesma família bem como todos os assassinatos de civis sejam eles palestinianos ou israelitas.
- Agir em concertação com a comunidade internacional no sentido de resolver a crise financeira da qual é actualmente vítima o povo palestino, exortando o Quarteto para oferecer todo o tipo de subvenções ao povo palestino para não serem punidos por causa dessas opções democráticas.
- Agir sem falhas afim de criar um clima propício à retomada das negociações de paz entre os palestinianos e os israelitas tendo em conta que as duas partes conseguiram alguma tranquilidade marcada pelo cessar fogo entre elas.
- Exortar todas as partes internacionais concernentes à questão libanesa e agir em vista ao reforço de estabilidade interna deste país e oferecer todo o tipo de

assistência ao povo libanês, nomeadamente nas regiões mais afectadas pela destruição causada pelo exército israelita durante a última guerra israelita contra o Líbano.

- Exortar a Comunidade internacional para a retomada das negociações de paz a fim de se pôr termo à ocupação israelita na plataforma de Golan, Síria e nas quintas de Shebaa.

2007

Report on the situation in the Middle East and Palestine

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4443>

Downloaded from African Union Common Repository